



**DIA DO
PATRIMÔNIO**
Pelotas . Rio Grande do Sul

de 19 a 21 de agosto de 2016



Chegamos então a quarta edição do Dia do Patrimônio, uma edição bastante especial após o recente reconhecimento nacional através do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do IPHAN, com 8 ações premiadas dentre 220 inscritos de todo o país, assim como o reconhecimento estadual com o Prêmio CODIC/FAMURS de Melhor Ação de Gestão Pública na categoria "Museus, Patrimônio e Memória."

"Ocupação feminina" foi o tema escolhido para 2016. Após "O que é patrimônio?" em 2013, "A herança cultural africana" em 2014 e "Pelotas natural: patrimônio de águas" em 2015, trazemos para reflexão à discriminação sofrida pelas mulheres assim como exaltamos sua participação e relevância na história de Pelotas através de atividades culturais que acontecerão no Centro Histórico e nos bairros, na Estação Férrea, no Parque da Baronesa, na Zona Rural, no Laranjal.

Esta grande festa pública que celebra a cultura pelotense em sua tradição e contemporaneidade, é também uma ação de educação patrimonial em larga escala. A edição passada já foi ampliada para três dias para incluir a rede municipal de ensino nas atividades e contou com a participação de quase 4 mil alunos da rede de ensino.

Neste final de semana, em que tantos prédios públicos e privados abrem suas portas para a comunidade, em que a classe artística se mobiliza levando música, dança e teatro para os palcos espalhados pela cidade, fica nosso convite para que os visitantes conheçam melhor nossa Pelotas e para que os cidadãos pelotenses se reconheçam em sua própria cultura.

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
Prefeito de Pelotas

Certamente que um dos maiores retornos por organizar o Dia do Patrimônio é o movimento de transitar entre os milhares de visitantes que desde 2013 celebram em conjunto o nosso patrimônio cultural em um final de semana estendido de agosto. É encantador observar crianças, jovens, adultos e idosos desfrutando das múltiplas ações que lhes permitem experienciar nossa herança cultural a partir de ângulos diversos. É um final de semana onde manifestações culturais ecoam pelas praças, prédios, praias e colônias. Onde a criatividade estimula a produção, o compartilhamento e a difusão do conhecimento.

Existe ainda outro grande retorno: observar como o tema proposto a cada ano começa a contaminar pesquisadores, coletivos, artistas e agentes culturais na preparação das atividades que são gestadas com tanto zelo por seus proponentes, na proposição e elaboração dos painéis que integram as Conversas do Dia do Patrimônio, na preparação carinhosa dos Agentes que acompanharão os visitantes em todas as atividades espalhadas por nossa cidade.

E é durante as Conversas que a temática é ampliada através de abordagens de extrema seriedade e originalidade. Os participantes que conversam com a comunidade todas as quartas-feiras nos três meses que antecedem o Dia do Patrimônio, geram o conteúdo desta revista e trazem para reflexão temas fundamentais para um entendimento adequado de nossa história, memória e condição atual: "A história das Mulheres e o Patrimônio", "Mulheres e trabalho doméstico", "Patrimônio e a produção feminina na arte", "Reflexões sobre o feminismo negro" são alguns dos textos que nos orgulhamos de apresentar aos leitores nesta edição.

Do caleidoscópio de imagens, ideias e textos apresentados aqui, além de evidenciar as mulheres célebres e anônimas que construíram e constroem a Pelotas múltipla, dinâmica e cultural em que vivemos, desponta também a urgência histórica de reversão de uma cultura de violência física e simbólica. Acreditando no poder transformador da cultura, convidamos toda a comunidade a reconhecer, celebrar e perpetuar esta ocupação das mulheres em todas as esferas da sociedade.

Giorgio Ronna
Secretário de Cultura





**DIA DO PATRIMÔNIO, ÚNICO
REPRESENTANTE DA REGIÃO
SUL DO PAÍS A RECEBER O
PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO
DE ANDRADE, DO IPHAN
EM 2016**

Os cidadãos pelotenses, aqui nascidos ou não, podem ficar orgulhosos. Nosso Dia do Patrimônio é a única ação vencedora da Região Sul do Brasil a receber reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN -, na 29ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, categoria Iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural. Ao todo 220 iniciativas de todo o país foram avaliadas inicialmente em seus Estados, sendo o Dia do Patrimônio escolhido para representar o Rio Grande do Sul, em sua categoria. Posteriormente foi preferido pela Comissão Nacional do Prêmio, dentre os 60 finalistas para compor o grupo de 8 premiados, divididos em duas categorias.

Criado em 1987 o Prêmio prestigia em caráter nacional iniciativas de preservação do patrimônio cultural brasileiro que em razão da originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público. A premiação além de assegurar ao município o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que será investido em ações que continuem promovendo o patrimônio cultural pelotense, estimula e afirma a importância histórica da cidade na construção da cultura brasileira e uma nova sociedade.

As pessoas que constroem o cotidiano da cidade tem a oportunidade de reverenciar seus antepassados diariamente, mas desde 2013 Pelotas escolheu o inverno, o mês de agosto, para dar vez e voz as suas memórias afetivas. Escolheu celebrar o passado e o futuro, em comunhão, seja movimentando-se de uma edificação para outra, seja ouvindo uma boa música ao ar livre, lendo um bom poema no sol, percebendo um detalhe arquitetônico enquanto a bailarina respira no compasso da canção ou assistindo a criançada rir na Praça, com o vai e vem do balanço. A sociedade escolheu doar-se, dividir suas lembranças, receber novos conhecimentos, revelar e construir outras histórias. O resultado está aqui!

O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, edição Samba de Roda, é uma conquista de todos que dão vida ao Dia do Patrimônio. *É da cidade, então é seu. Celebre!*

Alessandra Ferreira

Diretora de Projetos
Secretaria de Cultura

O EMPODERAMENTO DA MULHER ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA DE MODA¹

Arantxa Von Appen²
Gisele Veleda³

A fotografia é o meio de informação mais rápido de ser compreendido. Além de também poder facilmente ser manipulada, sendo capaz condicionar ou direcionar emoções, o que fez com que os veículos de mídia a popularizassem.

A expansão da fotografia especializada em registrar moda se deu nos anos 60 no começo do movimento prêt-à-porter. Onde as criações de moda foram redirecionadas para outro público-alvo, ganharam um novo conceito e houve a necessidade de se fotografar especialmente para registrar as peças de roupa através de catálogos e revistas de moda.

Graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a aliança entre moda e fotografia se expandiu como maior instrumento de divulgação, geração de memória e sucesso econômico e tornou-se assunto geral para toda a sociedade.

A partir dos anos 90, com a globalização e o avanço da tecnologia, a fotografia foi popularizada e passou a poder ser obtida por qualquer pessoa com apenas um clique. Com isso, o uso das redes sociais acabou mostrando que mesmo com a comunicação de massa influenciando o público, inversamente, o público também a influencia, criando novos padrões.

Ao postar uma foto em uma rede social, a pessoa não está somente mostrando um reflexo de sua imagem e sim, um conceito, uma maneira de pensar, um desejo de agir. Toda essa massificação de imagens que ocor-

reu desde o início da expansão da fotografia através da moda em encontro com o conteúdo gerado pelas redes sociais fez com que o maior público consumidor – as mulheres – fosse influenciado, como por exemplo, se abrindo a reflexão que não se precisa mais aceitar uma determinação de um criador de moda ou buscar um padrão de corpo para “estar na moda”, pois ela não é mais criada para só um tipo de público-alvo específico, já que se globalizou e começou a se adaptar aos desejos de todos os tipos de pessoas. Com isso, as mulheres começaram a impor suas necessidades através da sua opinião, ganhando voz ativa na sociedade e se empoderando.

Como comenta a blogueira plus size e consultora de moda Gisele Veleda: “trabalhando como consultora de moda em lojas que se direcionam ao público plus size, estou mais perto dos medos que se tornaram companheiros da baixa autoestima destas mulheres. E sei que qualquer atitude negativa pode desencadear uma tristeza ou uma decepção com si mesma. Algo que vem sendo alimentado, dia após dia, por doses de bullying e de atitudes das empresas que vivem dos corpos, ditos ‘perfeitos’ e a mulher é a principal vítima deste processo. Mas, nos últimos anos, através das redes sociais, grupos que não aceitam a ‘gordofobia’ estão cada dia mais fortes. Divulgando e alimentando a cabeça destas mulheres com imagens positivas e belíssimas de corpos diferentes dos ditos ‘perfeitos’ divulgados na grande mídia. Com isso, a cada dia, mais empresários veem neste nicho (plus size), uma forma de oportunidade. E claro que com a busca da mulher por seu espaço, ela começa a se tornar mais questionadora e também cobra uma atitude a respeito sobre sua condição”.

Com a comunicação elevada ao nível mundial, mulheres aliaram-se através dos conceitos da busca pelo empoderamento feminino e começaram a se revelar e quebrar padrões e regras que sempre foram impostas sobre seus corpos e modos de vida. Sabendo que o corpo é um meio de expressão, as mulheres empoderadas como consumidoras são estimuladas a investir nesse “estilo pessoal” e se comunicar pela aparência, usando desse meio para



conscientizar outras mulheres. E o mercado de moda capta essa comunicação de linguagem adaptando-se as novas necessidades, produzindo para satisfazer o público e lucrar.

Como cita a blogueira Gisele Veleda sobre o trabalho de empoderamento feminino focado no público plus size que executa em conjunto ao marido e fotógrafo Alexandre Canez, "o dia a dia oprime a mulher gorda dentro de vários limites que a sociedade vem há anos criando. A nossa proposta é que independente de seu peso, medida ou forma essas mulheres se percebam lindas e que esta beleza real unida a suas qualidades as tornam únicas e fortes para superar obstáculos, que vão de situações mais simples até problemas sérios que a vida apresenta. Para isso, nos últimos seis anos, montamos ensaios coletivos denominados '5 Divas' e o evento 'Forma Fofa Day', com mais de 250 participantes. Com o objetivo de vencer seus medos e até mesmo se projetarem como modelos no segmento plus size. Exercitando a maneira de se ver bonita e atraente, abrindo os olhos, essas mulheres tiveram em suas mãos as atitudes e as armas para mudar o que não estavam gostando no trilhar de suas vidas".

A união de moda, fotografia e a opinião do público consumidor, principalmente a parte que mais consome moda – as mulheres –, refletem numa atenção maior para os aspectos do individualismo e a personalidade, aliados a diversidade, e fazem com sejam gerados novos nichos de públicos e a democratização a moda. Fazendo com que a aliança entre moda e registros fotográficos alavanque o movimento de empoderamento, colaborando para uma mudança significativa em relação aos estereótipos e padrões criados pela sociedade.

¹ Texto baseado no artigo de mesmo nome publicado no XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba – PR26 a 28/05/2016.

² Designer de Moda, Técnica em Vestuário e modelo plus size, autora do artigo.

³ Blogueira plus size, ativista corporal e consultora de moda, comentarista no texto.

⁴ Prêt-à-porter: Vem a ser uma determinada organização

em melhoria de qualidade da indústria de massa; é a roupa pronta para ser levada, mas com pesquisa de tendência envolvendo toda cadeia têxtil.

⁵ Empoderando: Termo vindo de empoderamento se refere a um conceito que também é conhecido como "empoderamento feminino". Consiste na concepção do poder das mulheres como forma de exigir equidade de gênero nos variados tipos de atividades sociais, de modo democrático e responsável.

⁶ Plus size: Termo em inglês que se refere à numeração acima do tamanho 44 e ao público que o utiliza.

⁷ Bullying: Termo em inglês que se refere à intimidação.

⁸ Gordofobia: Termo que se refere à aversão às pessoas gordas.



AS OUTRAS MULHERES DO SOLAR DA BARONESA

Aline de Mesquita Duarte
Annelise Costa Montone
Fabiane Rodrigues Moraes
Flávia Alsino Sanes
Giovana Garcia Marcon

Ao apresentarmos "As outras mulheres do Solar da Baronesa" nas Conversas do Patrimônio, promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, buscamos chamar atenção para a Ocupação Feminina - tema do Dia do Patrimônio de 2016 - nos diferentes momentos da antiga chácara e do atual museu.

Partindo de indagações muito comuns aos visitantes do Museu da Baronesa, como porque o nome da baronesa e não do barão? (Final, quem recebeu o título de Barão dos Três Serros foi Annibal e não Amélia Antunes Maciel.) Que importância teve essa mulher, numa socie-

dade patriarcal e escravagista, na Pelotas do século 19?

Temos algumas prováveis suposições: Amélia foi casada por vinte e três anos (1864-1887) e ficou viúva aos trinta e oito anos, quando se tornou tutora de seus oito filhos, com idades entre dezoito anos e um ano e dez meses. Pelo testamento de seu marido foi "orientada" a não contrair novo matrimônio e zelar por seus bens e de seus filhos. Também continuou a cuidar de sua casa, a chácara, espaço doméstico, que já era seu por "direito". Por muitos anos, a baronesa e sua filha, Dona Sinhá - casada com Lourival Antunes Maciel, em 1890 -, foram as referências da chácara para familiares e moradores do bairro, talvez por suas atividades sociais, de benemerência ou estudos da doutrina espírita.

A não ser pelas marcas do tempo, a Chácara da Baronesa permaneceu praticamente intacta até a década de 1970 e, nessa época, ainda era propriedade da mesma família. A área poderia ter sido vendida, mas parte dela foi doada ao município, se transformando no Museu Municipal Parque da Baronesa, compondo a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura.

Entre o privado e o público, chácara e museu, muito tempo se passou, aproximadamente 150 anos. Mulheres diversas, em diferentes ocupações, cuidaram do espaço doméstico e do espaço de memória até os dias de hoje.

Antes de ser lançado o tema do Dia do Patrimônio 2016, vínhamos trabalhando no projeto "Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa", com objetivo de aprofundar a pesquisa sobre o negro no período da escravidão e no pós-abolição em Pelotas e suas relações com a família Antunes Maciel, com o intuito de acrescentar novas informações à comunicação do museu. Por meio de investigação em documentos do acervo do museu, em inventários post mortem e em publicações que tratam da escravidão em Pelotas, por exemplo, encontraram-se diversas referências a outros personagens que deram vida à antiga chácara, em sua grande maioria, mulheres:

- as amas de leite Anastácia, Bibiana, Antonina e Jozefa dos Santos, que amamentaram os filhos do Barão dos Três Serros, citadas em seu testamento, em 1885, como "livres", e que receberam como herança valores em dinheiro;

- outras amas aparecem nos livros de despesa de Dona Sinhá, a partir de 1895 - Maria, Florentina, Antonieta, Clara e Lídia; as cozinheiras Delphina e Cândida; as copeiras Rosária, Balbina e Helena; as lavadeiras França, Clementina, Eugênia e Maria do Carmo; costureiras, como Dona Eulália e a parteira Felisberta, entre outras tantas trabalhadoras.

A equipe foi motivada por diferentes demandas, entre as principais estão:

- adequação às políticas públicas propostas pela Política Nacional de Museus baseadas no "entendimento dos museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição de testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira"¹;

- questionamento do público durante a visitação e nos cadernos de sugestões;

- a preparação da exposição "O acervo sacro e o sincretismo religioso" para o Dia do Patrimônio 2014 - A Herança Cultural Africana;

- revisão de parte do texto da missão que o museu vinha seguindo há alguns anos, retirando a palavra "elite" - O Museu Municipal Parque da Baronesa tem como missão a salvaguarda de bens de valor histórico e cultural, móveis e imóveis, que representem os usos e costumes da sociedade pelotense, que abrange as últimas décadas do



século 19 até a década de 30 do século 20, [...];

- organização de Rodas de Conversa com pesquisadores da área, entre outubro de 2015 e julho de 2016: Cauiá Al-Alam, Marta Bonow, Diego Lemos Ribeiro, Lúcio Xavier, Lúcio Menezes, Carla Ávila e Louise Alfonso.

Assim, a partir deste momento, vamos passar esta construção, também, às mãos da comunidade pelotense, em futuros encontros.

Agradecemos às mulheres de ontem e de hoje, que fizeram e fazem o Museu da Baronesa funcionar. Nesses trinta e poucos anos de existência do museu foram muitas, "guardiãs da memória", verdadeiras "musas": as mulheres da família Antunes Maciel, doadoras de suas memórias e objetos; as mulheres que doaram, de seus "guardados", peças para o acervo do museu; servidoras, estagiárias, diretoras, pesquisadoras, membros da diretoria da associação de amigos e suas associadas (AMBAR), voluntárias, secretárias de cultura,... sem esquecer o expressivo público feminino, que nos move... Muito obrigada!

¹ *Ministério da Cultura. IPHAN.*

Política Nacional de Museus, 2003.



REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO NEGRO¹

Carla Silva de Avila¹

O legado deixado aos descendentes de africanos pela escravidão é de grande complexidade, principalmente

no que tange a inserção desse grupo étnico racial na sociedade brasileira. Intercalados por estruturas de pensamento que colocam homens e mulheres negras num lugar de inferioridade cultural, social e econômica. Dentre essas diferenças, destaca-se os dilemas encontrados pelas mulheres negras numa sociedade machista, racista e homofóbica. Pensar na situação da mulher negra num contexto sexista e racista, torna-se necessário compreender algumas problemáticas apontadas pelas ciências sociais sobre os diferentes processos de construção do Brasil enquanto nação e da constituição do que é o povo brasileiro, ou mesmo qual tipo étnico foi e ainda hoje é desejável como constituinte dessa nação.

A primeira problemática a ser analisada é o processo de construção do imaginário social sobre a mulher negra nessa sociedade, em especial na construção do pensamento social brasileiro influenciado pelas teorias racialistas do século XIX. Essas teorias comprovadas pela ciência, tentavam justificar as diferenças entre os grupos humanos operacionalizando a categorias raça, traçando uma hierarquia racial, que mesmo sendo superada através do conceito de étnica, ainda operam no imaginário social. Com isso foi naturalizado o processo de inferiorização dos descendentes de africanos em território nacional, principalmente em situações de fracasso, má conduta, desorganização, má índole, sem se falar na associação ao feio, ao cabelo ruim, "coisa de negro". No que tange a essa construção de inferioridade tem-se o lugar dado a mulher negra, como a mãe-preta, ou a "mulata" hipersexualizada, ora trabalho, ora sexo.

A segunda problemática a ser analisa diz respeito a esse lugar social destinado a mulher negra juntamente com a exclusão das lutas feministas, assim como nos coloca Lélia Gonzalez (1988) ao discutir as disparidades das lutas das mulheres negras em relação as pautas das lutas das mulheres brancas. A grande discussão está na noção do "torna-se mulher" e no questionamento das condições das mulheres negras numa sociedade racializada que já destina lugares aceitáveis a mulher negra, como já mencionado no parágrafo anterior. Esse lugar é percebido na obra de Gilberto

Freyre na discussão da família patriarcal, em que a mulher morena era preferida pelos portugueses, mas somente para satisfazer suas fantasias e desejos sexuais havendo até hoje a glorificação da mulata; “branca para casar, mulata para fuder e negra para o trabalho”. São expressões, pensamentos, teorias que se dissolvem no imaginário social e ainda hoje causam dor e estigma a mulher negra.

É necessário compreender que a luta pelo reconhecimento das particularidades das mulheres negras intensifica-se na década de 1980, junto na luta pela denúncia ao racismo e a inserção no negro por intermédio de políticas públicas afirmativas. A luta das mulheres negras é para trazer à tona as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, perceber que as mazelas de um racismo estrutural vão além das dificuldades econômicas, são também simbólicas e destinam a mulher negra o local de inferioridade naturalizada. Atualmente tem-se a Marcha Nacional das Mulheres Negras, em que no ano de 2015 mobilizou várias organizações em todo o território nacional em prol de dos direitos das mulheres negras. Uma das grandes pautas foi a denúncia ao genocídio do povo negro, denunciar a morte de jovens negros e de mulheres, as vítimas de violência têm cor e é negra. Mostra o racismo e sexismo vividos pela mulher negra. Por fim destaca-se o protagonismo da mulher negra nas redes sociais através da produção intelectual, artísticas e denuncia dos dilemas de ser mulher e ser negra num país que ainda não rompeu com o imaginário racista e machista.

¹ Ministério da Cultura. IPHAN.

Política Nacional de Museus, 2003.



A PIETÀ NEGRA¹

Seli Maurício²

Todos conheceram a Petà de Michelangelo, famosa estátua de Maria com seu filho morto, onde a mãe de Jesus zela e vela por aquele que foi martirizado e assassinado pela estupidez humana.

Na descida da cruz ela o deita em seu colo, expressando no seu olhar toda a sua ternura e piedade pelo seu filho amado e sem vida. Mãe e filho, morte e vida, momento de extrema dor humana que foi eternizado pelas hábeis mãos de um escultor.

A Pietà, que foi esculpida em mármore carrara, é mundialmente conhecida, centenas de réplicas foram feitas para que a humanidade jamais esquecesse a maior tragédia de todos os tempos, onde a piedade ocupa o papel de extrema relevância para o destino de um anova civilização humanizada. Mas o mundo em breve terá que conhecer uma nova Pietà, incrivelmente humana, sofrida e negra, que todos se negam a olhar, pois esta não foi esculpida pelas mãos de um grande artista renascentista que a revestiu de uma rara beleza e de um sublime olhar. Mas agora o mundo terá de olhar para a verdadeira Pietà de carne e osso. Ela tem o rosto ensanguentado como sangue do próprio filho.

Todos nós gostamos de olhar o belo e por ele ficamos extasiados embebecidos de prazer estético. A nova Pietà não é bonita, não foi esculpida por nenhum artista contemporâneo, mas sim, retratada por um fotógrafo fragilizado por tanta dor, pois o filho fora morto por uma bala perdida, em frente a sua casa, tapado com um lençol, havia sangue na alma e sangue nos céus.

A vida tinha esculpido uma Pietà de carne e osso, uma verdadeira Pietà. Mulher negra que tinha relações íntimas com a dor, mas agora penetrara no que de mais abissal e brutal existe na vida de uma mãe, olhar para o seu filho assassinado e mergulhar os seus dedos no próprio sangue, pintando o rosto e revelando o seu protesto. Não, não há tempo para



acariciar a face do filho, não há tempo para velar seu corpo, não tempo para o amor.

É preciso mostrar urgentemente ao mundo toda a atrocidade e horror de Hiroshima, que dilacerou corpos e almas. Há um rosto pintado de sangue, há um grito de socorro denunciando uma nova bomba atômica que é desprovida de radioatividade, porém recheada de um veneno mortal que é o preconceito contra a pobreza. Favelado, negro e pobre têm que morrer.

A História se repete, Cristo foi condenado, torturado até a morte, lutando até o último de seus dias em favor dos pobres. A sabedoria de um pobre é desacreditada e ponto final. Pobre não é gente. Os falsos profetas e os doutores da lei os veem como criaturas insignificantes, que não têm força moral para progredirem materialmente e ascenderem socialmente.

Há um exército de mães com as caras pintadas de sangue, clamando por justiça. Existe um grito sufocado no peito da nossa Pietà Negra. Quem tem ouvidos para ouvir que ouça!

¹ Este artigo foi produzido a partir do texto "O golpe e os golpeados: A barbárie de um país em que as palavras já não dizem" de Eliane Brum, publicado no site: http://brasil.eipais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466431465_758346.html, no dia 20 de junho de 2016.

² Artista Plástica e Bonequeira



A HISTÓRIA DAS MULHERES E O PATRIMÔNIO

Cássia Cavalheiro¹

A linguagem não é neutra (começo então com nenhuma no-

vidade). A língua, enquanto instrumento, muitas vezes é perversa e assume em sua essência uma postura discriminatória e sexista. Ao se utilizar, por exemplo, a palavra "homem" quando a pretensão é se referir a algum feito da humanidade fica evidente a exclusão estrutural das mulheres do fazer história. De todas as histórias que conhecemos e que são transmitidas, é por acaso que a grande (grande mesmo) maioria delas conte feitos sobre o universo dos homens enquanto as mulheres são retratadas em posições subalternas ou secundárias? Devemos aceitar a naturalização dessa posição das mulheres já que a história mostra que o contrário raramente acontece (mesmo nós sabendo que isso não é uma verdade)? Não seria coerente encarmos a história, enquanto ciência da memória e do patrimônio, como uma indutora de comportamentos ao tentar mostrar - muitas vezes de forma tendenciosa e hierarquizada - o que é ou não possível? Chegamos até aqui em uma problematização que também não é novidade, mas voltemos ao que estava sendo falado sobre a palavra.

O uso generalista da palavra homem para se referir a humanidade tem sua base na Grécia Antiga, sociedade que encarava as mulheres como seres inferiores aos homens - os detentores do chamado sexo dominante. É na Grécia Antiga que se fincam as raízes do patriarcalismo, sistema que até hoje está impregnado no subconsciente de praticamente toda sociedade. A instauração desse sistema veio como uma supremacia dos homens sobre as mulheres em contraposição ao sistema matriarcal vigente em tempos anteriores. Ao contrário do patriarcalismo, no sistema matriarcal não havia hierarquia social entre os sexos; a maternidade era vista como fonte de toda sociedade; a fertilidade das mulheres era cultuada; pela falta de conhecimento sobre a função reprodutiva dos homens, as mulheres ainda viviam livremente sua sexualidade; e também, entre outras diferenças, as sociedades eram nômades e por isso não havia o acúmulo de bens nem grandes conflitos por território.

Quando a sociedade passa a conhecer a função reprodutiva dos homens é que o patriarcalismo começa a emergir, primeiro como uma forma de pensamento, posteriormente como um sistema. Os nascidos, agora, possuíam uma ligação sanguínea com os seres do sexo masculino e isso despertava uma nova

relação com a questão do tempo, do espaço e da mortalidade. Com o fim do nomadismo e a necessidade de se estabelecer em um território seguro e que provesse os bens para a sobrevivência da sociedade, inicia-se, entre outras coisas, a distinção entre o espaço público e o privado, a divisão do trabalho, e a divisão entre os sexos. Para garantir a paternidade e consequentemente a sua imortalidade no tempo, os homens, enquanto assumiam as funções, no espaço público, relacionadas à economia, política, guerra e religião, privaram a vida e a sexualidade das mulheres as relegando ao espaço do lar.

A imortalidade dos homens no tempo, registrada pela história através das artes da memória, dependia da transmissão de seus feitos e de sua herança para seus filhos. A herança, na sociedade patriarcal, são os bens e territórios conquistados pelos homens, ou seja, o patrimônio. Já a transmissão dos grandes feitos - realizados pelos homens - à outras gerações acontecia normalmente através das mulheres - as detentoras das artes da memória. A palavra patrimônio, portanto, também surge na Grécia Antiga para representar a função social dos homens - os pais - na sociedade patriarcal: adquirir e cuidar de bens e terras. Paralelamente, a palavra matrimônio passa a ser utilizada para representar a função social relegada as mulheres - as mães: gerir e cuidar dos filhos e do lar. A palavra memória, igualmente às palavras patrimônio e matrimônio, também tem sua origem na Grécia, e surge para expressar a conservação de uma lembrança, ou seja, a conservação de um acontecimento no tempo através da memória. Não é coincidência também que a memória seja representada pela sociedade grega através de uma imagem de mulher personificada como uma deusa, a deusa Mnemosyne, mãe das 9 musas. Mnemosyne, portanto, não é uma criadora, mas sim uma conservadora de lembranças que são dos homens. Essas lembranças, a partir da perspectiva grega, são conservadas na casa (espaço privado) de Mnemosyne e das Musas: o museu.

As representações e definições gregas são estruturantes e de certo modo condicionam as ações e comportamentos humanos em base a pensamentos enraizados em solos que, muitas vezes, nem sequer conhecemos e questionamos. Na contemporaneidade, diversas mudanças sociais têm abalado as nossas concepções que perduram desde a antiguidade. Desde o

passado longínquo podemos encontrar exemplos (apesar de a história falocêntrica não destacar) de mulheres que criaram seu próprio patrimônio, o que demonstra que isso não é uma ação naturalmente advinda dos homens, temos capacidade igual enquanto seres humanos para produzir e administrar nossas riquezas, é a estrutura social em que vivemos que nos tira essa liberdade e nos priva de oportunidades. Também não é uma singularidade das mulheres a capacidade e/ou a função de conservar as lembranças, assim como não é dos homens a capacidade de fazer história. Por isso é coerente concluir que são as estruturas sociais - as que prometem a liberdade, a ordem e o progresso -, mais do que nossa natureza humana, que nos impedem de protagonizar nossa própria história.

Quais são os fatos e feitos que narramos e transmitimos de geração a geração? Quem narra, por quê, como, pra quem narra? Qual a relação da história com o futuro? Uma história baseada no patrimônio - fundamentados pelo pensamento grego - vai contar o que sobre as mulheres? Ao procurar sobre patrimônio e mulheres nos arquivos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, por exemplo, encontramos apenas coisas relacionadas ao modo de fazer, ao ofício, a forma de conservação de um patrimônio: modo de fazer artesanal do queijo minas (não o queijo minas); ofício das baianas do acarajé (não o acarajé); e por aí em diante. Todas essas expressões, ligadas ao imaterial, afinal, o material historicamente era acessível apenas aos homens.

Por fim, a história tem sua utilidade na medida em que nos orienta no presente através de lições do passado, mas a falta de representação das mulheres ou o tipo de representação baseado no discurso filosófico grego ou no discurso moral católico, tem a intenção de nos dar qual lição? Dito tudo isso, precisamos urgentemente refletir sobre nossa relação com o patrimônio e os passos que daremos desde a contemporaneidade rumo ao futuro lutando para que concepções discriminatórias e sexistas vindas do passado não perdurem limitando nossa capacidade, enquanto mulheres, de fazer história.

¹ *Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural e Graduada em Relações Internacionais*



MULHER E SEU PASSADO ANCESTRAL: AS "TIAS MINAS" DA CIDADE DE PELOTAS-RS¹

Cristiane Bartz de Ávila²

Maria de Fátima Bento Ribeiro³

Angela Mara Bento Ribeiro⁴

As políticas de patrimônio no Brasil privilegiaram, por décadas, o acervo monumental e de origem europeia. Com a mudança da historiografia ao abordar "outras histórias", novos personagens, temporalidades e ao dar ênfase ao cotidiano de pessoas comuns, consequentemente, temos um reflexo no âmbito das discussões e da valorização do patrimônio. Os últimos tombamentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são exemplos dessa nova perspectiva. Podemos dizer que estamos avançando nas discussões referentes à valorização do Patrimônio Cultural, na medida em que manifestações de grupos étnicos diversos têm sido levadas em conta. Hoje discussões em torno do multiculturalismo (ou pluralismo cultural) pressupõe a existência de muitas culturas. Os pesquisadores encontram espaço para pesquisas e discussões acerca da história, memória e consequentemente da valorização do patrimônio cultural de outros povos que compõem os Estados-nação, reconhecendo que o mesmo é heterogêneo e precisa ter políticas culturais que promovam a divulgação e o respeito pelas manifestações dos diferentes povos.

Em nossas reflexões, gostaríamos de apontar considerações sobre o papel da mulher negra na sociedade pelotense em finais do século XIX (ainda sobre o peso do braço de ferro da escravidão), e também nas primeiras décadas do século XX (é preciso lembrar que embora libertos, a população negra, ainda sofria com todo o

sistema de branqueamento, imposto pela ideologia do Estado-nação). Neste sentido, apontaremos elementos do trabalho, da família e da religiosidade vividos na figura das "Tias Minas", na cidade de Pelotas-RS, num momento de transição, em que o afro-brasileiro havia adquirido a condição de cidadão brasileiro de direito, porém, não de fato, uma vez que lhes eram negadas as condições básicas de sobrevivência.

Sabemos que o Brasil em sua colonização adotou um modelo de família patriarcal, onde a mulher ocupava o espaço que lhes era permitido para a época, ou seja, o lar. Entretanto, traremos neste instante, algumas considerações de Michelle Perrot (1988, p. 212), que diz que "as mulheres não são passivas e nem submissas...", e aponta os espaços pertencentes às mulheres na França no século XIX. A autora atribui às mulheres um papel importante na sociedade, que os homens ao longo do tempo vão tentar reverter.

A figura das "Tias Minas", são emblemáticas na medida que são mulheres negras que exercem em seu ofício um papel aglutinador, pois a alimentação tem uma função fundamental na vida dos diferentes extratos sociais. Nas páginas 3-5 da revista *Princesa do Sul*, há a referência de que as Tias Minas vendiam quitutes para seu sustento. Com seu tabuleiro repleto de pés-de-moleque, puxa-puxas, doces de batata, cocadas, amendoim torrado, rapadurinhas, as "Tias Minas" iam estabelecendo seus contatos e sobrevivendo, independente de sua condição, pois, ao contrário da mulher oriunda da classe de charqueadores e donos de terras, as mulheres negras não podiam se reservar ao espaço do lar; elas precisavam prover seu sustento.

Muitos destes quitutes são apreciados até hoje, e muito de nossa culinária, inclusive os Doces Pelotenses, sofreram a influência africana, como é apontado no trabalho de pesquisa desenvolvido por intelectuais da Cidade no intuito do registro desse saber fazer no INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), órgão responsável pelo reconhecimento das diversas manifestações do Patrimônio Cultural Imaterial do nosso país.

Podemos visualizar as “Tias Minas” e os “Tios Minas”, escravos, libertos, fazendo seu comércio pela cidade, entretanto, sofriam com a forma preconceituosa com que a religiosidade de matriz africana era tratada. Apesar de toda a repressão, podemos comprovar a importância da religiosidade, pois foi através das práticas religiosas ancestrais que estas pessoas encontravam forças para resistir às hostilidades. É no exemplo da mulher Januária da Conceição, trabalhadora, doceira, quitandeira, talvez mãe e esposa, mas também, Mãe de Santo (provavelmente a sua mais importante atribuição) que seus seguidores de religião provavelmente se inspiraram para enfrentar as dificuldades que a vida dura lhes reservava.

Januária da Conceição, citada na revista *Princesa do Sul* (ver nota de rodapé), vendia seus produtos em banca do Mercado Público, não temos um histórico de como chegou a esta posição, entretanto, durante o texto da Revista, é demonstrado claramente, que a cultura do “outro”, no caso a afrodescendente em sua manifestação religiosa não era aceita, era rejeitada e reprimida pelas autoridades.

Enfatizamos que a questão da religiosidade teve um papel fundamental como elemento cultural responsável pela união na luta pela sobrevivência dos afrodescendentes, que após inúmeras lutas foi conquistado o direito de livre expressão. Atualmente, podemos apontar o sincretismo religioso como outro exemplo de interculturalidade (além do que foi referido acima, que é o exemplo do “Quindim”).

Em nossas palavras finais, caberiam algumas ideias de Edward Said (2006): “[...] todas as culturas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo”. Appadurai(2008) chama-nos atenção que “[...] a característica mais valiosa da cultura é o conceito de diferença”.

REFERÊNCIAS

APADURAI, Arjun. 28 de outubro de 2008. Entrevista: só nos resta dialogar com o ‘outro’. À Vitor Belanciano. [em

linha]. Disponível em: www.globalizacao/cosmopolitismo/internet consultado em 30.05.2013. 2008

ÁVILA, Cristiane Bartz de & RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Cultura, multiculturalismo e interculturalidade: as “Tias Minas” da cidade de Pelotas-RS e seu legado cultural*, II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013

CASTRO, Euclides Franco. 1950. *As Tias Minas*. Revista *Princesa do Sul*. Pelotas: 5. fascículo, novembro, p. 3-5.

PERROT, Michelle. 1992. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKIDMORE, Thomas E. 1976. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAID, Edward. *Cultura e Resistência. Entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.

¹ Algumas ideias apontadas neste texto fazem parte do artigo: *CULTURA, MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE: AS “TIAS MINAS” DA CIDADE DE PELOTAS-RS E SEU LEGADO CULTURAL*, apresentado no II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013

² Professora

³ Professora

⁴ Professora



MULHERES E PATRIMÔNIOS: REDES, SENTIDOS E ESCUTAS

Isabel Nogueira¹

Pensar no tema mulher e patrimônio me remete diretamente à um lugar entremeado por sentidos e construções, que atravessam minha vida e formação, mas também o tema de estudo ao qual venho me dedicando



nos últimos quinze anos, pelo menos.

O reconhecimento deste como um lugar construído começou, para mim, analisando os documentos sobre o Conservatório de Música de Pelotas e sobre o Theatro Sete de Abril, observando a intensa presença de mulheres na vida musical da cidade, seja como alunas, professoras, diretoras da escola ou como artistas que estiveram realizando concertos na cidade.

Esta prática se inseria muito bem na concepção positivista onde a mulher era considerada como a primeira formadora dos filhos, responsável por sua base moral, e a música era vista como uma das qualidades essenciais de uma boa educação feminina.

Desta forma, as mulheres buscavam educação musical por meio de professores particulares mesmo antes da criação do Conservatório de Música na cidade de Pelotas, processo que aconteceu também em diversas outras cidades brasileiras que tinham um ideal de equiparar-se a padrões europeus de civilidade e boa educação.

No entanto, a prática musical era considerada adequada para a formação da mulher se fosse desenvolvida dentro do ambiente doméstico, e vinculada a um repertório considerado de dificuldade baixa ou média, englobando transcrições de árias de ópera, operetas, zarzuelas, canções e diversos gêneros da música de salão. Poderia sair do ambiente doméstico desde que fosse para frequentar saraus familiares, da vizinhança, ou artísticos, já que a atuação musical das mulheres de boa família deveria se caracterizar por seu caráter diletante e não profissional.

No entanto, observava também que estas mulheres estavam ausentes das narrativas sobre a história da música de forma geral, em todos os lugares e em todos os tempos, e na cidade não era diferente (com raras exceções): a história "oficial" era uma história feita a partir da história de compositores, todos homens, que privilegia as práticas musicais instituídas e hegemônicas, e não é muito diferente nos dias de hoje.

Estas ideias me levaram primeiro a buscar saber os motivos, e nesta busca me encontro com os escritos sobre música e gênero, observando os significados do fazer musical feminino.

Lucy Green (2001) destaca que existem distintos níveis de aceitação social para a prática musical feminina, segundo sua proximidade ou não com um suposto conceito de feminilidade. Segundo a autora, as mulheres que cantam ou ensinam seriam afirmadoras deste conceito de feminilidade, por envolver cuidado e sentido formador, relacionados à um prolongamento da ideia de maternagem e ao mesmo tempo supostamente distantes do desenvolvimento de um trabalho intelectual autônomo. Segundo a autora, a mulher cantora estaria associada no imaginário social à um distanciamento das capacidades intelectuais, pela ênfase na exposição do corpo. As mulheres instrumentistas seriam parcialmente transgressoras deste ideal convencionado de feminilidade, enquanto as mulheres compositoras e improvisadoras estariam mais distantes deste conceito, pelo desenvolvimento de um trabalho intelectualizado.

A partir da concepção das epistemologias feministas como uma lente para ver o mundo, me aproximei também da ideia de inter-relação entre teoria e prática abordada por bell hooks a partir do feminismo da diferença, e a concepção de Butler sobre as molduras que configuram o corpo e o gênero como construções sociais.

E percebi que se minha fala é reflexiva, é também criação e performance, gerado a partir de uma escuta, de um lugar de fala, da condução e criação de um espaço a partir de meu conhecimento situado.

Assim, a reflexão teórica retornou à prática e me fez repensar meu próprio papel como criadora e performer, além de mulher, professora e pesquisadora.

Estas escorrências são um pouco da visão híbrida que trago aqui, e evoco os conceitos de mestiçagem e hibridismo trabalhados por Gloria Anzaldúa ("indígena como o milho, a mestiça é um produto híbrido, desenhado

para sobreviver nas mais variadas condições”), que vem sendo meu objeto de reflexão para a criação artística.

Subjetividades e escutas incluídas no espaço, lugar de fala pensado também como lugar de escuta.

Da mesma forma como o enfoque pós-colonial nos leva a pensar de forma crítica sobre as molduras que demarcam nosso lugar de fala, entendendo nossos marcadores sociais e de gênero como primeiro posicionamento político, minha reflexão busca estender-se para as molduras que demarcam as estruturas musicais que limitam o que pode ser reconhecível, por exemplo, como canção, como música eletroacústica, experimental, popular ou de concerto.

Estes processos aparecem no que venho criando com o Coletivo Medula Experimentos Sonoros, em Porto Alegre, e em meu trabalho como criadora-performer: Impermanente movimento e Voicing são os resultados mais recentes.

Ao mesmo tempo que estes trabalhos tem a voz como elemento primordial, utilizam também ruídos, instrumentos eletrônicos e gravações de campo, inserindo a noção do cenário por onde transito e a importância do corpo que percorre este lugar, considerando o conceito de escuta nômade de que fala Fatima Carneiro dos Santos e que propõe uma relação rizomática, conectando livremente um ponto a outro, sem trajetórias fixas.

Pensando no lugar que me constitui também como um lugar de escuta, além de lugar de fala, com todos seus atravessamentos e construções; penso nele ainda como lugar de memória e pertencimento, com suas ressignificações poéticas e musicais.

Ao mesmo tempo, percebo as redes como elementos catalisadores da mudança. As redes reais, as de internet, as imaginárias, as que traço dentro da minha própria história dando sentidos novos ou religando os antigos – as que me recordam, as que redefinem, as que reconstruo.

Se para a prática musical e cultural a ausência de mode-

los de mulheres em que se espelhar tem operado como um fator de desestímulo, penso que as redes traçadas hoje, aliadas ao historiamento dos processos para compreender a forma como as representações se articularam, constituem formas para buscar entender como se construíram os lugares de fala de hoje.

Neste sentido, a possibilidade da experimentação, de lugares políticos ou estéticos, configura-se como o que se quer alcançar: criar lugares e espaços nos quais as mulheres possam se sentir à vontade, livres para exercer suas possibilidades criativas.

Espaços de voz, escuta e diálogo com as diferenças, a partir da criação de movimentos não hierarquizados, entendendo o pensamento sobre música e gênero como muito além de uma mera inclusão das mulheres em discursos que sejam produzidos e recontados da mesma forma hegemônica que gerou o discurso que invisibiliza estas mesmas mulheres.

Patrimônios recontados e recriados, em movimento e transformação.

Para mim, música tem sido lugar de fala e lugar de escuta, lugar de performance e criação, voz, ruído e instrumento, lugar de recriar meu estar no mundo, entrelaçado em redes.

¹ *Compositora-performer, Pesquisadora e Professora*



O AXÉ DE DOÇURA E A TRADIÇÃO DOCEIRA DE PELOTAS: COMPOSIÇÕES DE SANGUE E MEL

Marília Floôr Kosby¹

"Não se pode ter só bravura na vida". Entre uma colher de mel despejada sobre o dendê de uma oferenda e outra levada à boca de sua filha-de-santo, Mãe Rejane D'Iemanjá compartilhava conosco um saber que aprendeu com os orixás e que se espalha por aqueles lugares onde seu axé leva vida. Na casa de Mãe Rejane e de seus filhos, no bairro Arco-Íris, zona norte de Pelotas/RS, aquerenciei a maior parte de minha trajetória como antropóloga dedicada a aprender com as religiões de matriz africana um jeito outro de estar no mundo, fruto da presença criativa de africanos e afrodescendentes em territórios tão hostis a sua existência como o são aqueles pautados pela exploração violenta dos recursos vitais, em nome principalmente do lucro e da aniquilação da diferença. A vivência na casa de Mãe Rejane me deu uma mãe negra, Viviane D'Iemanjá, pelas mãos de qual fui implicada com zelo no universo das terreiras de Pelotas, enquanto me iniciava na antropologia, por volta do ano de 2006. Pretérito às mãos de Mãe Viviane e Mãe Rejane, e levando-me até elas, já havia me encontrado o axé de Mãe Ondina do Xangô, de Arroio Grande: era cozinheira na casa de meus pais e seu jeito minucioso de fazer as comidas trazia para a cozinha de nossa casa uma força amorosa que, anos depois, fui reencontrar nas cozinhas das casas de religião, já quando realizava a pesquisa "Nós cultuamos todas as doçuras": as religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas.

A classificação dos orixás em orixás de mel e orixás de dendê atualiza uma concepção de existência e integridade em que as dosagens de doçura e serenidade equa-

cionam o equilíbrio necessário para se viver em uma sociedade desigual, erigida em bases escravocratas. O povo do mel, ou de praia, composto dos orixás mais velhos, os pais dos demais orixás - Oxum, Iemanjá e Oxalá, que estão associados às forças de criação, recebem mel em suas comidas e jamais azeite de dendê; aproximá-los da amargura e do calor do azeite ativaría "a fervura do mel", e com isso, potências de ira e de revolta. Já o povo do dendê, ou os orixás de frente, mais jovens e enérgicos, comem azeite de dendê, mas geralmente também podem receber um pouco de mel nas suas comidas - o que não elimina sua bravura, mas confere-lhes um pouco de ponderação nos movimentos que as batalhas do cotidiano exigem.

Assim, "todo reino tem uma doceira", algum filho ou filha de santo que domina técnicas culinárias de confeitaria, que fez cursos, aprendeu receitas de família, ou mesmo em livros e na internet. Se não há doceira "no ninho", há sempre uma vizinha que aprende a fazer bolos e doces para os orixás, acolhendo as encomendas do pessoal de religião quando dos grandes batuques de doces, ou das chamadas "quinzenas de doces". Além disso, doceiras do centro da cidade, vinculadas a cooperativas, associações e confeitarias renomadas, costumam receber encomendas de centenas de quindins, ninhos, cocadas, para religião.

A realização dessa pesquisa não teria sido possível sem que houvessem me dado a mão todas essas mulheres negras com quem convivi e aprendi saberes indispensáveis para um trabalho antropológico preocupado com a criação de um conhecimento atento à sofisticação e ao potencial sustentável, de profundo respeito pela diferença, dos fundamentos compartilhados pelos orixás e seus filhos, pelas pombagiras, exus, pretosvelhos, caboclos. Mais do que sua imensa contribuição para os estudos etnográficos sobre as religiões de matriz africana no sul do Brasil, essas mães-de-santo, ao transmitirem seu "axé de doçura" e permitem que ele fale de Pelotas - "a capital nacional do doce" - como uma cidade negra, compartilham um saber negro, que é capaz de

trazer alegria de viver e dignidade a quem se deixar tocar pelo axé, essa força vital mais poderosa do que qualquer brutalidade. Axé que nasce das mãos negras de doceiras como Dona Santinha, de mães como ÌyáTuly D'Oxum, ÌyáSandrali D'Oxum, ÌyáWinnie D'Temanjá, Ìyá-Gisa D'Oxalá, e tantas outras mulheres negras sabedoras da arte de compor com mel e doces sua presença numa história tão marcada por sangue como é a da região de Pelotas.

¹ Poeta e antropóloga



MULHERES E TRABALHO DOMÉSTICO: REFLEXÕES SOBRE O PATRIMÔNIO DE PELOTAS A PARTIR DA ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Marta Bonow Rodrigues¹

Louise Prado Alfonso²

Ernestina Pereira³

O trabalho doméstico em Pelotas, assim como ocorre em praticamente todo o Brasil, é uma atividade tipicamente feminina e ainda traz consigo o legado deixado pela escravidão africana, pois agrupa discriminações de gênero, classe e "cor" ou raça. Embora atualmente existam ações sociopolíticas em benefício das trabalhadoras domésticas, as raízes dessa profissão a transformam em um trabalho visto como temporário ou inferiorizado pela sociedade, como se as trabalhadoras somente de-

sempenhassem essa atividade quando não encontram outra forma de se manter economicamente. Essa visão estigmatizada reflete as divisões de espaços físicos e sociais, as estratégias de manutenção de relações de poder que podem ser observadas, ao longo do tempo, através da materialidade: qual é o espaço das/os escravas/os e qual é o espaço das/os proprietárias/os; qual é o espaço das trabalhadoras domésticas e qual é o espaço das patroas/ões? A cidade de Pelotas apresenta-se como um campo em que é possível observar esses espaços, tanto no ambiente privado, quanto no meio externo às casas.

A escravidão de africanas/os e afrodescendentes foi a base para o desenvolvimento econômico do município com a implantação das charqueadas em fins do século XVIII. A indústria do charque, para que pudesse ter chegado a seu apogeu em meados do século XIX, necessitou da mão de obra escravizada, visto que a produção para exportação demandava uma quantidade de trabalhadores que, se assalariados, dificilmente tornaria a atividade economicamente rentável. Além disso, a insalubridade do processo de produção afastava qualquer trabalhador livre; mesmo os mais empobrecidos se recusavam a desempenhar as atividades dessa indústria. Por outro lado, o trabalho doméstico escravo origina-se das charqueadas, porém apresenta-se mais fluído, permeando espaços diversos na cidade e apresentando uma característica distinta do trabalho charqueador: havia, no exercício da atividade, mulheres escravas e, em seguida libertas, livres empobrecidas, negras e brancas.

É, portanto, a partir dessa indústria brutal que surgem as especializações tanto no trabalho dentro da charqueada, quanto exterior a ela. No trabalho doméstico, as mulheres aparecem como criadas, amas de leite, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, bordadeiras, mucamas, quitadeiras, entre outras, e em todas as especializações elas se movimentam, passam por casas de famílias e diferentes espaços na cidade.

Essas mulheres aparecem massivamente nos anúncios de jornais pelotenses do século XIX tendo sua mão-de-obra alugada, vendida, comprada e emprestada por suas/



seus proprietárias/os, ocupando diferentes espaços em que seu trabalho era solicitado. Essa condição de estar circulante entre o ambiente charqueador e o ambiente urbano, entre os casarões de suas/seus proprietárias/os e de contratantes, parece estar presente na atualidade, em que trabalhadoras prestam serviços a várias casas e residem, comumente, em bairros distintos dos locais onde trabalham. Cabe lembrar que, nos períodos de plena atividade industrial de Pelotas, essas mulheres também estavam empregadas em fábricas, principalmente voltadas para produção de gêneros alimentícios em conserva; essa atividade era sazonal e era intercalada com o trabalho doméstico.

A percepção da sociedade brasileira sobre a profissão influencia fortemente essas divisões dos espaços: além do trabalho doméstico, em pleno sistema escravista, estar associado à limpeza e à sujeira concomitantemente, e não ser considerado como um trabalho "dignificante", com o advento da abolição, as condições não melhoraram, pois a "liberdade" trouxe tensões nas relações entre patrões/oas e empregadas/os. Essas tensões ocorriam pelos temores da sociedade em relação às inserções dessas/es trabalhadoras/es em um novo modelo, diferente do escravista (em princípio), o que acarretava nas divisões claras e institucionalizadas dos espaços das/os trabalhadoras/es e das/os contratantes. E essas tensões também são transportadas para os dias atuais, em que é possível observar as divisões dos espaços não só no meio externo, com os locais de moradia e de trabalho distintos, mas também dentro das casas, na indicação do que é habitável pela trabalhadora e o que é espaço puramente do serviço.

Quando trazemos essas observações dos tempos escravistas e as atualizamos, e quando conversamos com trabalhadoras aposentadas ou ainda em atividade, percebemos que os mapas de locais de trabalho doméstico na Pelotas do século XIX e do século XXI se sobrepõem, demonstrando que a separação dos espaços, assim como outros aspectos da atividade, se mantém com o passar do tempo, em uma clara manutenção das

relações sociais herdeiras de um sistema ainda introjetado na sociedade.

Como consequência dessas divisões, é possível observar em Pelotas aspectos relacionados à inserção de grupos em alguns locais que são oficialmente indicados como patrimônios edificados do município. Relatos apontam para trabalhadoras domésticas que prestaram serviços em casas históricas da cidade e hoje não têm acesso a esses espaços, tanto porque de esses espaços são privados (ainda que sejam de interesse patrimonial), quanto pela existência de um constrangimento presente nessas mulheres, que perpassa questões de classe principalmente e as impede de sentirem-se representadas nos prédios.

Como uma forma de minimizar os efeitos dessas separações, algumas ações de visibilidade e empoderamento dessas mulheres trabalhadoras domésticas em Pelotas já vêm sendo realizadas, como exposições em locais registrados e/ou inventariados como patrimônio edificado da cidade. Duas exposições itinerantes, concretizadas por meio de 5 banners, foram realizadas em pontos considerados referências culturais da cidade, em 2015: uma no Mercado Público de Pelotas e outra ao redor do Chafariz das Três Meninas. Essas exposições são importantes para divulgar e inserir o trabalho doméstico em meios que comumente não são locais de diálogos sobre as questões que permeiam as relações sociais resultantes dessa profissão. A luta sindical é um importante elemento presente no percurso do trabalho doméstico na cidade desde a segunda metade do século XX; portanto, é preciso refletir sobre os aspectos socioculturais que envolvem a profissão e também sobre fatores políticos, já que não há possibilidade de se pensar a inserção de um campo de trabalho sem os aspectos normativos e legais que a conduzem.

A abertura de espaços para discussões sobre essas mulheres trabalhadoras na tentativa de entender suas perspectivas, sociais, culturais e políticas e sua compreensão sobre o que é patrimônio, sobre onde elas querem estar representadas e sobre como sua profissão pode e deve estar presente na história oficial da cidade confi-

guram um importante começo para diminuir a distância entre o trabalho doméstico e todas as outras atividades de cunho econômico.

¹ *Antropóloga e Arqueóloga*

² *Antropóloga e Arqueóloga*

³ *Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas*



“NEGRAS AFRICANAS VIVENDO EM PORTUGAL – A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE NO MUNDO DIVERSO”

Rosemar Gomes Lemos¹

Este Trabalho aborda um dos temas apresentados no evento “Conversas do Dia do Patrimônio 2016 - Ocupação Feminina” na Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal no dia 20 de julho de 2016. Os tópicos abordados foram “Reflexões sobre o Feminismo Negro” e “Negras africanas vivendo em Portugal - A Preservação da Identidade no Mundo Diverso”. O primeiro tópico explorou o tema do Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e Caribenha (25 de julho), seu posicionamento ao longo da história, suas relações com o mundo do trabalho, com a família e formas de luta para preservar os valores morais e culturais. Tal abordagem instigou à participação do público que narrou a situação de várias mulheres que viveram ou vivem em Pelotas, suas mazelas, dificuldades e anseios.

O segundo tema – centro deste resumo – exemplificou as reflexões anteriormente apresentadas, através do relato da

realidade de algumas mulheres africanas que vivem em Portugal, especificamente, em Setúbal. Foram apresentadas suas origens, os motivos (econômicos, sociais, políticos) que fizeram com que escolhessem viver na referida localidade e como tem conseguido preservar sua cultura e seus valores frente a realidade vivida. Todas moram em um bairro estigmatizado pela sociedade portuguesa como violento e de condições precárias. Foram entrevistadas como parte de uma investigação etnográfica, no campo da ciência e arte do patrimônio, cujos resultados demonstraram como ocorre a preservação da cultura africana em Setúbal, município com 90.640 habitantes no seu perímetro urbano e que foi um dos principais centros produtores e exportadores de sal da Europa no século XVII, sofrendo atualmente um processo de emigração vista a crise econômica do país.

A realidade vivenciada por estas mulheres é apresentada no documentário “O Grande Legado”, o qual foi exibido, em parte, aos participantes do evento. O roteiro do mesmo foi definido pela palestrante objetivando apresentar as contribuições culturais que permanecem mesmo depois das migrações internas e externas ocorridas no município português já mencionado, a partir de meados do século XX devido a fatores políticos, econômicos e sociais. É possível verificar nos registros compilados, de que forma ações políticas regionais, nacionais e internacionais tem interferido na mudança dos modos de vida das pessoas e valorização da cultura de africanos, ciganos e portugueses.

Pedagogicamente, o documentário foi definido de forma a possibilitar diferentes abordagens e construir diferentes conhecimentos na sala de aula, quer no ensino fundamental, médio ou superior. Foi dividido em 9 partes: 1ª) Introdução; 2ª) O que quero descobrir? 3ª) Começo por Investigar a sua História; 4ª) Conhecendo a Comunidade; 5ª) A diáspora Africana e o Bairro da Bela Vista; 6ª) Aqui as memórias são preservadas e valorizadas? 7ª) Museologia e Educação Patrimonial 8ª) Celebrações e 9ª) O Grande Legado.

Foram utilizadas imagens obtidas através de tomadas em direto e em material de arquivo a fim de apresentar a história e as conexões desta com o Brasil no passado e no presente. As tomadas em direto compõem-se de registros de eventos



autônomos que ocorreram em 2015, de forma independente à vontade de produção do filme, e que fazem referência ao Patrimônio Histórico Imaterial, por exemplo: Festa de Nossa Senhora de Tróia. Esta Festa tem momentos que em muito de parece com as homenagens dedicadas a Nossa Senhora dos Navegantes (Ou Iemanjá, nas religiões afrobrasileiras) no Brasil. Salienta-se que o trabalho das mulheres é fundamental para a realização desse festejo, seja na ornamentação de andores, seja no preparo de alimentos para um grande contingente de pessoas

Algumas senhoras que participaram da investigação expuseram suas experiências de vida e os motivos que as levaram a sair de ex-colônias portuguesas (Cabo Verde, Angola e Moçambique) rumo a Portugal, após 25 de abril de 1975. Elas vivem em um meio totalmente diverso ao de origem e, ao longo da vida, vêm tentando preservar seus valores culturais e morais. Como integrantes de um grupo de 29 pessoas que foram entrevistadas, concordaram com o registro de seus depoimentos em vídeo, os quais foram apresentados no documentário.

Cabe salientar: a fala de Carla Maria F. Marie Jean (originária de Moçambique) demonstrando a possibilidade de fazer uso de oficinas de arte-educação para preservação da cultura e identidades das crianças e jovens do Bairro da Bela Vista; Maria Tereza J. Gama que contou as dificuldades pelas quais passou desde que partiu de Angola, quando estava grávida, até os primeiros meses que viveu com sua família em Portugal, falou da separação dos membros de sua família e do preconceito racial sofrido; já a professora da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Ana Duarte, falou sobre as condições sociais das mulheres que trabalhavam nas fábricas no início do século XX, sua exploração e desvalorização e por fim Felismina Mendes, ativista negra presidente da Associação de Cabo-verdianos de Setúbal - PT.

Em suma, quando abordou-se no Dia do Patrimônio em 2016 o Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e Caribe e a vivência das mulheres que vivem no município de Pelotas-RS, tomou-se possível perceber, ao assistir um trecho do documentário que as mulheres da diáspora africana, estejam elas na América ou na Europa, encontram-se cercadas de

preconceitos e dificuldades das mais diversas. Porém, resistem na busca da preservação dos valores morais, da identidade de seu povo, do respeito às diferenças.

¹ Professora



“MULHERES: OCUPAMOS A CIDADE, ELA É NOSSA POR DIREITO!”

Shirley Dos Santos¹

Atualmente, qualquer pessoa que transita por Pelotas sabe dizer o quanto a cidade pode se mostrar violenta, porém, só nós mulheres podemos dizer como a cidade pode nos amedrontar. Quantas de nós, saem às ruas com receio de ser assediada, assaltada ou agredida? E se for uma mulher que vive na periferia e depende do transporte público, sabemos que terá diferentes relatos de abuso e agressão que já sofreu nas paradas de ônibus e dentro dele, durante o trajeto diário. Se falarmos com as mulheres LBTs (lésbicas, bissexuais e/ou transexuais) elas nos contarão outros casos de violência que já vivenciaram nos espaços urbanos que costumam frequentar. Importante pensarmos também quais violências a cidade possibilita às mulheres negras e indígenas, aliás em quais bairros moram a maioria delas? Entendendo que a violência urbana não é apenas fruto de má índole individual ou vagabundagem de alguns, podemos falar que o processo legal e ilegal de urbanização influencia diretamente na vivência social das cidades.

Nós mulheres, ao conversarmos umas com as outras, nos

informamos e alertamos sobre quais lugares da cidade são mais perigosos para andar com tal roupa, ou andar à noite, em quais lugares as namoradas podem andar de mão dadas, bem como compartilhamos os diferentes e terríveis medos de andar em ruas desertas que são muito comuns em diferentes bairros e horários na nossa cidade. Mas por que isso acontece? Por quais razões os medos que sentimos ao andarmos pela cidade, são diferentes daqueles percebidos pelos homens? Então, deixa eu te contar uma coisa: não é a mesma cidade - não é só o traçado urbano (ruas, vias e calçadas), o tipo de prédio (alto, baixo com janelas ou sem) ou a mobilidade urbana (transporte público,ônibus lotados, paradas mal iluminadas) que dita sobre as violências urbanas. Mulheres e homens experienciam seus corpos e lugares públicos de maneiras diferentes, justamente para identificar essas diferenças e reivindicar que tenhamos na prática os mesmos direitos humanos, a exemplo o direito à cidade, existe a luta feminista.

A teoria e prática do movimento feminista acontece de diversas maneiras. As mulheres que entendem as particularidades de cada uma de nós e no como ser mulher, seja ela lésbica, negra, transexual, rica ou pobre, moradora do porto ou do fragata, velha ou nova, estudante secundarista ou da universidade, trabalhadora do comércio ou da prefeitura, etc - para traçar as pautas feministas, algumas se auto declaram: interseccionais. Assim, unimos forças particulares em prol de um bem viver público: equidade de gênero, emancipação da mulher, empoderamento do corpo, ocupação urbana, entre outras, a partir de uma perspectiva feminista interseccional. Para cada mulher, identifica-se um medo diferente ao sair às ruas, pois bem, então vamos juntas lutar contra àqueles que reforçam a cultura do medo e constroem os ambientes urbanos que nos agrediem e viabilizam a violência contra a mulher.

Para reivindicarmos o direito à cidade de maneira equitativa, uma cidade para todas/os, precisamos olhar o modo como pensamos a urbanização, com a perspectiva feminista, no caso: a interseccional. E aqui, reforço que não precisa, ou melhor dizendo, não deveria precisar, ser

arquiteta/o urbanista para ter voz e ação nas decisões sobre a cidade em que vivemos. Afinal, somos todas cidadãs e sabemos falar sobre o espaço urbano que habitamos. Para concretizarmos alguma mudança social é importantíssimo ocuparmos os poucos espaços que proporcionam uma contribuição social e popular direta contra à violência urbana, que nós mulheres sofremos todos os dias.

A hostilidade dos prédios, muros e ruas pelotenses é tamanha que apesar de sermos afetadas pela cidade todos os dias, não identificamos que o desenho urbano, planejamento e mobilidade urbana, estão viabilizando as agressões contra nós, mulheres. Andar por uma rua totalmente murada, com janelas/portas fechadas, sem trânsito de pessoas ou carros e ainda mal iluminada nos gera uma sensação de vulnerabilidade e medo. Bom, daí vão nos perguntar, quando vítimas de agressões: mas o que ela estava fazendo numa rua deserta àquela hora?. Não interessa o que ela estava fazendo na rua, e muito menos a hora, a rua é pública, a mulher tem o direito garantido por lei do ir e vir, chama: direito humano! Vejam só, quando um homem passa pela mesma rua hostil, no mesmo horário que uma de nós, ele não sente medo de ser agredido sexualmente, nós sentimos e infelizmente, muitas de nós somos. Como mostram as pesquisas, a cada 5 minutos uma mulher sofre algum tipo de violência no nosso país. (Flacso/Brasil 2015)

Ao falarmos sobre violência contra a mulher, logo se pensa tratar apenas de casos de violência física e sexual, mas hoje consideramos como violência diferentes ações, como: psíquica, física, patrimonial, sexual, etc. O Brasil ocupa hoje o 7º lugar no ranking mundial dos países mais violentos contra a mulher. De acordo com o Mapa da Violência (Flacso/Brasil 2015), o índice de morte de mulheres brancas, nos últimos 10 anos, caiu para 10%, enquanto no mesmo período de tempo, subiu 54% o índice de mulheres negras mortas no país. A mesma pesquisa, nos mostra que o segundo local onde as mulheres mais sofrem violência é a na via pública.

Outra pergunta que repetidamente fazem sobre as mulheres vítimas de violência urbana é: mas que roupa ela estava usando? Não interessa! O corpo é dela, ela usa o



que bem entender e merece ser respeitada indiferente de suas roupas. Desde a infância as mulheres são ensinadas a como se portar e o que vestir, para amenizar os assédios e agressões cotidianas, que quase sempre, são com apelos sexuais terríveis, tanto psíquica quanto fisicamente. Assovio, gestos e roça-roça no ônibus, não são elogios são CRIMES! Crimes contra o direito humano da mulher, de ser, estar e viver. Muitos dizem às feministas: mas vocês estão querendo mudar algo que é cultural, cultura não se muda é a nossa tradição, nossa natureza. Pois sim, nós estamos mesmo querendo mudar a cultura, tanto a socialização do homem e da mulher, quanto a estrutura socio-econômica machista e heteronormativa que nos são naturalizadas desde o nascimento. Como bem diz a feminista nigeriana Chimamanda Ngozi (2012): Para quê serve a cultura? A cultura funciona, afinal de contas, para preservar e dar continuidade a um povo.(...) A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.

Nós mulheres, arquitetas-urbanistas-engenheiras ou não, precisamos nos organizar coletiva e individualmente e reivindicar a viabilização de um plano político de diretrizes urbanas, considerando a proposta feminista interseccional, afinal os/as agentes da administração pública tem como função a transformação social e garantia da qualidade de vida para todas as cidadãs/ãos. Transgredir então, o olhar androgênico e eurocêntrico ao pensarmos o urbanismo construção das cidades - é fundamental. Pelotas é Brasil e a nossa cultura latina está expressa não só na cor e no corpo da mulher brasileira, mas também nas nossas cidades. Padrões europeus nos são colocados como ideais de beleza, tanto nossos corpos, quanto nas nossas ruas. Precisamos desconstruir esses padrões naturalizados como certos e reivindicarmos que nossas cores, formas e necessidades reais sejam reconhecidas e respeitadas.

Portanto, se a cultura é feita por nós mesmas/os, como nos alerta a Chimamanda, deixemos de seguir aos acordos e diretrizes que nos são impostos. Tomemos posse da nossa instrumentalização profissional, seja ela qual for, para transfor-

marmos a nossa cultura, de maneira que possamos construir de fato cidades humanamente justas, todas nós podemos, temos o direito e dever de decidir sobre a nossa Pelotas. Tenhamos em mente as diferentes realidades das mulheres brasileiras ao definirmos quais legislações e diretrizes iremos aprovar. Não podemos mais admitir que transporte público, iluminação pública e zoneamentos urbanos, entre outros, sirvam àqueles que nos oprimem. Para que um dia possamos andar nas ruas, à noite, sem medo de sermos violentadas, e a luta das mulheres que hoje gritam: a rua é pública, meu corpo não!, seja legislada: te convido a ocuparmos os lugares de poder que sempre nos foram proibidos, vamos protagonizar os espaços de decisão sobre a cidade, vamos ocupar as ruas de fato. Lugar de mulher é onde ela quiser!

¹ *Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/
UFPe; Militante Feminista*



O PATRIMÔNIO E A PRODUÇÃO FEMININA NA ARTE

Ursula Rosa da Silva¹

Por muito tempo a história da arte deixou de valorizar a produção artística de mulheres e a razão deste esquecimento está vinculada a um contexto sociocultural de desvalorização da mulher. Quando aprofundamos estudos sobre gênero e sobre o feminino, perguntamos: existe um modo feminino de pensar e perceber o mundo? Ou o que vimos até agora, na história, foi o modo masculino de pensar? As teorias essencialistas foram o fundamento da diferenciação entre homens e mulheres

até o século XX. Embora no século XVII tenha sido superada a visão de inferioridade da mulher baseada em argumentos da medicina e da fisiologia gregas, ainda assim, novas causas, ligadas ao racionalismo cartesiano fizeram com que a ciência se constituísse como um projeto exclusivamente masculino. Deste modo, a história, da arte, da filosofia, da educação, se tornou androcêntrica, questionada e modificada com a contribuição dos movimentos feministas, que tiveram diferenciações, ao longo do tempo, desde meados do século XX.

Scavone (2008, p.177) define três fases para o feminismo: a fase universalista (humanista ou das lutas igualitárias), em que o objetivo é o reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista (essencialista), em que a luta era pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que reforçou as teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades. Assim, o campo de estudos de gênero surge concomitante ao feminismo pós-68, na Europa e nos Estados Unidos, evidenciando uma grande relação dos movimentos sociais com os estudos feministas. Não esquecendo, claro, da influência que alguns estudos pioneiros (Madeleine Guilbert, em 1946, sobre o trabalho das mulheres; Margareth Mead, em 1948, na Antropologia) e na Filosofia e Literatura a célebre obra de Simone de Beauvoir (1949) "O Segundo Sexo", que abriu o debate sobre o determinismo biológico, desde Aristóteles, sobre a inferioridade feminina, contextualizando esta posição com uma versão hegeliana do devir do ser apresentando um ser que se torna mulher ao invés de nascer mulher, apontando para o aspecto social, e não fisiológico, deste papel.

Na arte, em Pelotas, podemos dizer que há uma produção artística feminina desde o século XIX, mas que se consolida a partir da criação da Escola de Belas Artes, em 1949, e que possibilita que, aos poucos, se configure um campo artístico no cenário da Região Sul do Estado.

Na Escola de Belas Artes Cármen Trápaga Simões (EBA), que passou a fazer parte da UFPel a partir de 1969,

como unidade agregada, e em 1973 como Instituto de Letras e Artes, muitas mulheres obtiveram sua formação e um espaço para fazer propagar sua arte. Podemos contrapor aqui, como exemplo, duas mulheres que, de diferentes modos participaram desta Escola, uma como aluna e outra como funcionária, obtendo formações diferenciadas, num mesmo espaço, e que nos permitem perceber a riqueza deste patrimônio imaterial que é a própria arte.

Inah D'Ávila Costa e Judith Bacci são dois exemplos que destacamos para apontar o patrimônio a ser valorizado destas mulheres por razões diferentes. Inah Costa formou-se na E.B.A, onde foi aluna de Locatelli, mas logo foi buscar novos rumos para sua arte no Rio de Janeiro, recebendo grande influência de Ivan Serpa. Assim, nos anos 1960 ela retorna a Pelotas e inova a linguagem pictórica com seus geometrismos e seu cubismo sintético.

Judith Bacci por sua vez tornou-se funcionária zeladora da Escola (EBA), quando esta recebeu sua sede, em 1963, e teve uma formação autodidata ao acompanhar e auxiliar nas aulas de Antonio Caringi, que lhe deu muitas orientações para a produção em escultura, além da convivência com Nesmaro e Bruno Visentin. O trabalho de Judith foi qualificado pelo crítico de arte Nelson Freitas, como uma arte naif, de grande expressão realista.

Referências

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SCAVONE, Lucila - *Estudos de gênero: uma sociologia feminista?*, out./2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1.pdf>

PEREIRA, Leticia. *Arte, realismo e religiosidade na obra de Judith Bacci: um patrimônio a ser preservado*. (monografia) *Especialização em Artes, UFPel*, 2011.

SILVA, Ursula R.; LORETO, M.L.S. *História da Arte em Pelotas: a pintura de 1870 a 1980*. Pelotas: EDUCAT, 1996.

¹ *Historiadora e Professora*





Categoria *Iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural*

AGRADECIMENTOS

Cássia Cavalheiro; Ernestina Pereira, Louise Prado Alfonso, Marta Bonow Rodrigues, Shirley dos Santos; Marília Floôr Kosby, Iyá Gisa D' Oxalá, Viviane Farias Dutra, Arantxa von Apper, Gisele Velleda, Virgínia Oliveira Borges, Carla Silva de Ávila, Rosemar Gomes Lemos, Rosane Aparecida Rubert, Beatriz Araujo, Lisarb Crespo da Costa, Aline de Mesquita Duarte, Annelise Costa Montone, Fabiane Rodrigues Moraes, Flávia Alsino Sanes, Giovana Garcia Marcon, DJ Helô, Flávia Silveira Pinto, Marielda Medeiros, Cleusa Duarte Soares, Edi Venske, Loredana Marise Ricardo Ribeiro, Ursula Rosa da Silva, Nádia da Cruz Senna, Carmen Regina Bauer Diniz, Guilherme Pinto De Almeida, Fabiane Marroni, Daniel Botelho, Seli Maurício, Rita Maurício, Soninha Porto, Michele Maino, Rodrigo Mesquita, Bibliotheca Pública Pelotense, Serviço Social do Comércio - SESC/Pelotas, Luis Fernando Parada, Raquel de Azevedo, Franthiela Franceschi, Ana Claudia Godois, Jéssica Porciúncula, Camila Cuqui, Laboratório de Acervo Digital - UCPEL, Isabel Nogueira, Cristiane Bartz de Ávila, Maria de Fátima Bento Ribeiro, Angela Mara Bento Ribeiro, IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

A Secult agradece imensamente a todos os proponentes das atividades, aos agentes do patrimônio, aos artistas que compõem a programação, às instituições que gentilmente abriram suas portas durante o final de semana, aos colegas das secretarias municipais, ao Prefeito Eduardo Leite.

Todos os conteúdos e opiniões expressas são de inteira responsabilidade dos autores. Todos os eventos da programação são de inteira responsabilidade de seus proponentes.

